

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ESTUDOS DE GÊNERO**

Camila Tatsch Ferrari

**ECOFEMINISMO E ATIVISMO: GÊNERO, ESPÉCIE,
RAÇA/ETNIA E CLASSE NO INSTAGRAM**

Santa Maria, RS
2021

Camila Tatsch Ferrari

**ECOFEMINISMO E ATIVISMO: GÊNERO, ESPÉCIE, RAÇA/ETNIA E CLASSE NO
INSTAGRAM**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Estudos de Gênero, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Estudos de Gênero.**

Orientadora: Prof.^a Dra.^a Milena Carvalho Bezerra Freire de Oliveira-Cruz

Santa Maria, RS
2021

Camila Tatsch Ferrari

**ECOFEMINISMO E ATIVISMO: GÊNERO, ESPÉCIE,
RAÇA/ETNIA E CLASSE NO INSTAGRAM**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Estudos de Gênero, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Estudos de Gênero**.

Aprovado em 12 de janeiro de 2021

Milena Carvalho Bezerra Freire de Oliveira-Cruz, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Monalisa Dias de Siqueira, Dra. (UFSM)

Daniela Rosendo, Dra. (UFSC)

Santa Maria, RS
2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente à minha família: minha mãe e meu pai, por todo apoio e suporte para que eu pudesse realizar essa especialização da melhor forma possível. À tia Fátima, tio Valter pelo apoio e acolhimento. À Vanessa e Giovana, pela nossa irmandade.

À professora Graziela Knoll, por ter me guiado e incentivado desde o princípio, com toda a boa vontade e carinho desse mundo.

Às colegas com quem partilhei conversas e cafés: Maria, Sthefanny, Manu, Danilo, Daiana, Luiza, Amanda.,. Vocês foram um presente e sou muito grata de poder chamá-las de amigas e amigos.

Às professoras do curso pela possibilidade incrível de termos uma especialização em Estudos de Gênero na UFSM. Obrigada por toda força que colocaram em cada parte dessa pós-graduação. Foi um sonho realizar uma formação nessa área.

À minha orientadora, Milena Freire, que tornou grande parte desse sonho possível. Gratidão infinita por ter me acolhido desde as primeiras reuniões do grupo de pesquisa, durante as aulas, orientações (e ainda o que virá). Obrigada por ter me guiado com tanta afeição e entusiasmo, foi uma honra poder trabalhar com alguém que busca um mundo mais justo e dá o melhor de si diariamente para que ele aconteça.

Agradeço à equipe Modifica e à Sandra Guimarães por terem aceitado participar da pesquisa com a imagem de seus perfis e postagens. E por serem referência desde meus primeiros momentos como (eco)feminista e vegana, além de inspiração de resistência, coerência e conhecimento todos os dias.

Por fim, mas não menos importante, agradeço às professoras da banca por terem aceitado participar da avaliação do meu trabalho: prof.^a Monalisa Siqueira, que tem presença no tema desde a entrevista para o processo seletivo do curso, e prof.^a Daniela Rosendo, que através de seus trabalhos conheci o ecofeminismo.

RESUMO

ECOFEMINISMO E ATIVISMO: GÊNERO, ESPÉCIE, RAÇA/ETNIA E CLASSE NO INSTAGRAM

AUTORA: Camila Tatsch Ferrari¹

ORIENTADORA: Milena Carvalho Bezerra Freire de Oliveira-Cruz²

Este artigo é fruto de pesquisa cujo problema central se funda na seguinte questão: **como os marcadores de gênero, espécie, raça/etnia e classe social são acionados nas discussões de ativistas brasileiras no Instagram?** Para tanto, o percurso teórico percorre questões acerca de Natureza, mulher e ativismo, através de Shiva (2014), Federici (2018), Puleo (2019). Tendo em vista o objetivo de **compreender a prática do ecofeminismo por ativistas no Instagram através da observação da abordagem temática de suas pautas**, adotamos uma combinação metodológica da netnografia (KOZINETS, 2014) com a etnografia para a internet (HINE, 2011) visando observação e coleta de dados no Instagram, e a análise de conteúdo (BARDIN, 2011), para considerar sobre as temáticas encontradas. A partir da observação sistemática de quatro ecofeministas bem atuantes na rede, foi possível perceber as formas a partir das quais o conteúdo dos perfis contribui para o entendimento do ecofeminismo e das desigualdades sociais, gerando conscientização política sobre a posição da mulher, da Natureza e demais indivíduos na sociedade.

Palavras-chave: Ecofeminismo. Ativismo. Redes sociais digitais. Desigualdades sociais.

¹ Pós-graduanda no curso de Especialização em Estudos de Gênero da UFSM. Mestranda em Comunicação pela mesma instituição. E-mail: camilatferrari@gmail.com.

² Doutora em Comunicação. Professora e Coordenadora do Curso de Especialização em Estudos de Gênero da UFSM. Professora no Programa de Pós-Graduação em Comunicação pela mesma instituição. E-mail: milena.freire@ufsm.br

ABSTRACT

ECOFEMINISM AND ACTIVISM: GENDER, SPECIES, RACE/ETHNICITY AND CLASS ON INSTAGRAM

AUTHOR: Camila Tatsch Ferrari³

ADVISOR: Milena Carvalho Bezerra Freire de Oliveira-Cruz⁴

This article is the result of research whose core problem is based on the following question: how are the markers of gender, species, race/ethnicity and social class triggered in discussions by Brazilian activists on Instagram? Therefore, the theoretical path goes questions about Nature, women and activism, through Shiva (2014), Federici (2018), Puleo (2019). With the aim of understanding the practice of ecofeminism by activists on Instagram by observing the thematic approach of their agendas, we adopted a methodological combination of netnography (KOZINETS, 2014) with ethnography for the internet (HINE, 2011), for observation and data collection on Instagram. And content analysis (BARDIN, 2011), to consider the themes found. From the systematic observation of four active ecofeminists in the network, it was possible to perceive the ways in which the content of the profiles contributes to the understanding of ecofeminism and social inequalities, generating political awareness about the position of women, Nature and others individuals in society.

Keywords: Ecofeminism. Activism. Social media. Social inequality.

³ Pós-graduanda no curso de Especialização em Estudos de Gênero da UFSM. Mestranda em Comunicação pela mesma instituição. E-mail: camilatferrari@gmail.com.

⁴ Doutora em Comunicação. Professora e Coordenadora do Curso de Especialização em Estudos de Gênero da UFSM. Professora no Programa de Pós-Graduação em Comunicação pela mesma instituição. E-mail: milena.freire@ufsm.br

INTRODUÇÃO

O termo ecofeminismo cunhado por Françoise d'Eaubonne em 1974 como a junção de feminismo e ecologia. O argumento da autora é que os desastres ambientais e a perda de bens naturais poderiam ser evitados se as mulheres tivessem a possibilidade de tomar o controle do próprio corpo e de seu potencial reprodutivo, escolhendo ter filhos ou não, o que contribuiria para o controle populacional e menor chances de poluição em larga escala (PAPUNEN, 2014).

Muitas outras autoras passaram a usá-lo, apesar de práticas consideradas ecofeministas estarem presentes na sociedade há mais tempo, e acrescentaram contribuições à sua definição, como Maria Mies e Vandana Shiva (2014, p. 23), que entendem-no como a “relação estreita existente entre a exploração e a submissão da Natureza, das mulheres e dos povos estrangeiros pelo poder patriarcal”. Emma Siliprandi (2000) afirma que o ecofeminismo identifica o patriarcado como principal responsável da propagação da dominação às mulheres e à Natureza, pois na visão patriarcal e capitalista não passam de um mero objeto de exploração. Para a autora, o ecofeminismo também objetiva um convívio sem dominante e sem dominado, baseado em complementação e nunca exploração, em colaboração ao invés de dominação.

Destacamos que ao tratarmos de Natureza, nos referimos ao meio ambiente e todos os não-humanos que foram colocados em um contexto de oposição à humanidade, mas compreendo-a como sujeito e em relação indispensável aos seres humanos. Assim, essa perspectiva feminista parte de identificar e desconstruir diferentes formas de discriminação sobre humanos e não-humanos, sendo os princípios ecofeministas a ética, a reestruturação de relações e a abolição de hierarquias. Nesse contexto, há uma associação construída social, cultural e historicamente que identifica as mulheres, as pessoas de cor, a natureza e o corpo como inferiores, e os homens, sobretudo os brancos, a cultura e a mente como superiores (GRAY, 1981). É a partir desse pressuposto que ocorre “uma constituição do outro representado na cultura ocidental a tudo que lembre o natural, o selvagem, não-civilizado que é então objetificado para servir aos interesses de dominação e supremacia capitalista e patriarcal” (LIRA, 2012, p.123).

Associa-se ao ecofeminismo, portanto, perspectivas antirracistas, anticoloniais, antiespecistas, antipatriarcais e antissexistas. Essas noções são costumeiramente encontradas nos movimentos sociais que buscam o fim de opressões e justiça social como um todo. Nas últimas décadas esses movimentos passaram das ruas, sindicatos e associações (ION, 2012) para o ambiente online, a comunicar e exigir direitos também nas redes sociais digitais. Segundo Izabela Domingues e Ana Paula de Miranda (2018, p.25), ultrapassando os meios de comunicação de massa, “as mídias sociais se configuram como as grandes arenas de debates públicos acerca dos incômodos decorrentes dos confrontos inerentes ao sistema-mundo capitalista atual”.

Com base nisso, passamos a questionar como o ecofeminismo poderia ser encontrado nesse contexto, de que forma seus princípios seriam praticados em um espaço não-físico, em que a Natureza não está presente a não ser em nossas próprias ações e interações virtuais. Para desenvolver uma pesquisa a partir desse pensamento nos direcionamos para as redes sociais digitais e para as ações de ativismo possíveis, mais especialmente no Instagram, em que situamos a temática partir da presença do ecofeminismo no discurso de ativistas brasileiras.

Assim, nos guiando para compreender essa manifestação do movimento, propusemos como problema de pesquisa a seguinte questão: **como os marcadores de gênero, espécie, raça/etnia e classe social são acionados nas discussões de ativistas brasileiras no Instagram?** Com isso em vista, definimos o objetivo geral em **compreender de que forma o ecofeminismo é praticado pelas ativistas no Instagram através da observação da abordagem temática de suas pautas.** Com vistas a operacionalização dessa proposta, definimos os seguintes objetivos específicos: a) analisar como os marcadores de gênero, espécie, raça/etnia e classe social aparecem nos argumentos das ativistas; b) mapear, dentre as categorias elencadas, que temáticas repercutem maior engajamento c) observar se/como as ativistas possibilitam mobilizações públicas/práticas ecofeministas fora da rede.

Dessa forma, nosso foco centrou-se em ativistas presentes no Instagram, sendo capazes de manifestar e mesmo praticar o ecofeminismo e seus princípios através de uma plataforma online. Dividimos o texto em três partes: na primeira apresentamos o percurso metodológico, que guiou o desenvolvimento da pesquisa; na sequência, trazemos o referencial teórico para explanar acerca do ecofeminismo e suas bases, tal como a relação entre mulheres e Natureza, movimentos sociais e ativismo; por fim, descrevemos o campo de investigação e aprofundamos a análise realizada.

METODOLOGIA

Iniciamos a construção de nosso relatório pela metodologia, devido à sua importância na construção do objeto. Após a resolução de nos inserir no Instagram para realizar uma investigação, foi preciso fazer uma curadoria no campo para decidir quais ativistas seriam fruto da observação. Através de uma análise sistemática e criteriosa, que considerava a participação, o posicionamento e a interação das ecofeministas naquela rede social digital, tornou-se possível recortar/selecionar o objeto de estudo. Dessa forma, a metodologia do trabalho torna-se parte fundamental para o encadeamento de todo o processo.

Tendo estabelecido como temática a presença do ecofeminismo no discurso de ativistas brasileiras no Instagram, foi preciso encontrar métodos que permitissem um acompanhamento inicial e dos desdobramentos que viriam durante o período de coleta de dados. Dentre muitos caminhos possíveis, o método etnográfico aplicado ao contexto online mostrou-se o mais adequado, ao qual adotamos adaptações que pudessem ser articuladas ao campo da Comunicação.

O estudo da etnografia é considerado uma prática e uma ciência que busca significado, tanto método quanto teoria, pois, como Mariza Peirano (2014) afirma, qualquer etnografia deve ser uma contribuição teórica, derivando de quem e do que se quer examinar, se reinventando em uma permanente recombinação intelectual, tal qual a antropologia. Assim, ao tratar de etnografia no meio online, é possível encontrar diversas formas de produzi-la, e mesmo nomeá-la, de acordo com cada autora/o que a descreve: webnografia, etnografia virtual, etnografia para internet, netnografia, etnografia digital, etnografia online. Ainda que mantenham o foco *no e a partir do* meio online, cada uma sugere certas modificações que permitem moldá-la de acordo com problemática e objetivos da pesquisa. Como a observação participante, são menos os termos e mais os ambientes e a presença em campo que definem a forma como se realiza tal procedimento (LEITÃO; GOMES, 2017).

Dito isso, escolhemos combinar as abordagens da etnografia para a internet (HINE, 2016) e a netnografia (KOZINETS, 2015), como visto a seguir, com a intenção de melhor observar as informações que os perfis do Instagram nos possibilitavam, se tratando do extenso conteúdo produzido pelas ativistas. Essa combinação nos permitiu filtrar questões extras que não se adequavam à proposta da investigação sem tornar “mecânica” nossa coleta de dados.

Para Christine Hine (2016), pesquisadora e socióloga, as tecnologias digitais são cada vez mais uma parte importante da vida cotidiana, de tal forma que não é mais possível estudá-las em uma esfera separada. Percebe-se uma maior complexidade nos estudos etnográficos online, pois o mundo se amplia ainda mais na medida em que as pessoas se colocam a todo o momento em interações, encontros e entretenimento. A compreender isso, não se pode correr o risco de reduzir a complexidade desses fenômenos, nem limitar interpretações com uma mera transposição de abordagem. Segundo a proposta da autora, denominada etnografia para internet, é necessário repensar as relações entre etnografia e espaço, em que investigador presencia um diálogo entre os campos online e off-line, já intrínsecos no cotidiano dos indivíduos. Desse modo, nosso estudo considera a perspectiva de Hine, de forma ampla, no momento em que entendemos ser necessário articular as mensagens e sentidos que circulam no ambiente online e as práticas vividas (e também dotadas de significado) pelas ativistas e suas seguidoras na vida cotidiana, fora das telas. São fluxos interdependentes que se constroem mutuamente.

Para a composição de um olhar mais focado no objeto, optamos pela netnografia, desenvolvida por Robert Kozinets (2014), que ele define como uma “forma especializada de etnografia adaptada às contingências específicas dos mundos sociais de hoje mediados por computador” (p. 10). Para ele, nossos mundos sociais estão se tornando digitais, e não se pode mais conceber um estudo acerca da vida social e cultural da sociedade sem considerar suas atividades e interações pela Internet e pela comunicação mediada por tecnologia. Assim, partindo da área de pesquisa do marketing e consumo, a netnografia incorpora aspectos antropológicos, sociológicos e dos estudos culturais, adicionando e combinando elementos de suas teorias e métodos. Entre seus objetivos está simplificação da pesquisa etnográfica em comunidades/culturas online, evitando que estejam sujeitos à memória imaginativa. Nesse sentido, escolhemos a netnografia como método principal por facilitar uma coleta de dados apropriada à organização precisa.

Nesse sentido é importante pontuar que reconhecemos haver certos limites na abordagem, como o risco de tornar os dados técnicos demais, sem um aprofundamento necessário à reflexão. Atentamos fortemente para essa questão, tomando o cuidado de, a partir das técnicas de análise, compreender que o significado de um texto não reside apenas nele propriamente. É necessário considerar uma gama de relações sociais que o antecedem e fazer parte da presença ampla da mídia como um componente do nosso dia

a dia, e os aspectos sociais, culturais e tecnológicos que fazem parte disso (HINE, 2016).

Assim, para estruturar o percurso metodológico dessa análise entendemos ser importante haver flexibilização e complemento entre os procedimentos adotados. Nesse sentido, definimos a netnografia como método principal, pois a combinação de mais de um método contribui para uma análise mais profunda sob olhares diversos e, portanto, resultados mais completos (KOZINETS, 2014). A netnografia nos dá subsídios para o levantamento e coleta de dados, também como guia para organizar os passos da realização da pesquisa. Já análise de conteúdo nos auxilia a categorizar e interpretar os dados. Seguindo a partir de Kozinets (2014) e a ordem colocada pelos capítulos de seu livro *Netnografia (2014)*, definimos quatro passos: 1) planejamento e entrada; 2) coleta de dados; 3) análise de dados; 4) realizando netnografia ética; que serão melhor detalhadas a seguir:

Planejamento e entrada – Kozinets (2014) traz nessa primeira etapa tópicos através dos quais devemos começar a organização da pesquisa, definindo: a) relevância, em que se descreve a importância e foco da investigação; b) atividade, em que é checada a atividade e atualidade do objeto; c) interatividade; a forma com que ocorre a atividade; d) substância, verifica-se se há pensamento crítico no objeto ou espaço em que se encontra; e) heterogeneidade, se os participantes possuem diversidade e não falam exatamente a mesma coisa; f) riqueza de dados, se o que coletamos possui riqueza de informações.

Nesse sentido, é importante destacar que escolhemos o ecofeminismo como tema de pesquisa não apenas por identificação pessoal, mas pela necessidade de maior presença desse debate no âmbito acadêmico, tendo em vista que a maior parte da produção teórica sobre o assunto é estrangeira. No entanto, desde a seleção do projeto até o momento em que se realizava a análise, percebemos que houve um crescimento na procura por trabalhos que abordassem o ecofeminismo, e disso, surgiram, por exemplo, cursos como o *Ecofeminismo e Epistemologia (2020)*, com a autora Emma Siliiprandi, através do portal da Rede Brasileira de Mulheres Filósofas⁵. Como primeira inferência, entendemos que esse aumento na demanda se deu pela urgência de tratar dos sujeitos mulher e Natureza, levando em conta os crimes de gênero e ambientais, bem como pela pandemia mundial de Covid-19. Já o Instagram foi escolhido como espaço de

⁵ Disponível em: <https://www.filosofas.org/post/ecofeminismos>. Acesso em 04 de julho, 2020.

mapeamento por ser uma das redes sociais digitais de maior engajamento no cenário atual, além de uma plataforma com potencial poderoso de compartilhamento de conteúdo e informações, por propiciar o uso de ferramentas e funcionalidades que facilitam troca significativa entre um usuário e seus seguidores (SANTOS, 2016).

Dessa forma, escolhemos as ativistas pelos seguintes critérios: mulheres autodenominadas ou descritas como feministas em diferentes contextos; que tratam de questões ecológicas e políticas inseridas nas pautas ecofeministas; que criam conteúdo com o intuito de informar e gerar discussões críticas.

Durante a pré-análise foi possível observar a abordagem politizada desses perfis, aprofundando questões e problemáticas sociais aliados ao viés ecológico e feminista, portanto, construindo um discurso ecofeminista. É possível considerar as ativistas como influenciadoras digitais através dos critérios estabelecidos por Gabriel Ishida (2018), que utilizou do conceito de Pierre Bourdieu acerca dos três tipos de capital (social e cultural, econômico) para desenvolver uma identificação de influenciadores.

De acordo com a proposição de Ishida (2018) para categorizar influenciadores digitais, o capital social refere-se à capacidade do usuário de ecoar uma mensagem e possuir uma rede de contatos relevante para articular ações e conectar pessoas. O capital cultural, sob o estado objetivado, é sobre a exposição do indivíduo de seu domínio cultural ou autoridade sobre determinado tema. Já o capital econômico, trata-se da riqueza financeira do indivíduo, sendo possível converter capital social e cultural em capital econômico. Assim, para que um usuário seja considerado influenciador, deve encaixar-se em pelo menos um dos requisitos. No nosso estudo, a perspectiva do capital cultural foi preponderante para selecionar as páginas das ativistas a serem observadas.

Coleta de dados – nesta segunda etapa, de acordo com a proposta da netnografia, seguimos os passos indicados:

- a) *envolvimento*, como inicia a observação e a imersão da pesquisadora e seu engajamento com os sujeitos/comunidade analisada;
- b) *arquivamento*, de que forma os dados são produzidos, escolhidos e salvados;
- c) *extração*, refere-se à amostra e a técnica utilizada para defini-la;
- d) *ética*, em que garantem-se os procedimentos éticos.

Assim, estabelecemos uma pré-análise durante seis meses (de julho a dezembro de 2019), em que observamos para aproximação e seleção dos perfis até o tempo decidido para coleta (de janeiro a março de 2020). A partir desse momento, passamos a arquivar as postagens que se associavam aos marcadores e definimos como tomar as

medidas éticas, escolhendo por revelar o nome das páginas e ativistas que cedessem permissão para isso, enquanto as demais utilizamos pseudônimos e apagamos qualquer informação que pudesse expô-las.

Análise e interpretação dos dados – com a pesquisa já em andamento, nos guiamos por:

a) *seleção*, em que se busca escolher de acordo com os critérios decididos. No nosso caso, se delimitaram em temas relacionados aos marcadores. Ao ler a postagem e visualizar sua imagem, buscamos entender a partir da teoria ecofeminista, qual o tema predominante no texto: gênero, espécie, raça/etnia, classe.

b) *categorização*, em que usa-se os critérios para criar categorias de análise; partindo dos critérios, as categorias foram definidas a partir dos mesmos marcadores, já direcionando-se para uma organização temática.

c) *ferramentas*, o que é utilizado para realizar a análise e a interpretação. Assim, após a seleção das postagens a serem analisadas, categorizamos as que abordavam temas e informações que pudessem se encaixar nas categorias. Estas, por sua vez, foram baseadas pelos marcadores sociais de gênero, espécie, raça/etnia e classe social baseada nos princípios encontrados nas teorias ecofeministas. Na análise entraram postagens que se encaixavam em alguma dessas categorias, simplificando a observação, como objetivo da metodologia.

Tendo em vista que a composição do corpus da pesquisa implica na necessidade de analisar um conjunto de textos e imagens, acrescentamos ao processo metodológico a perspectiva da análise de conteúdo de Laurence Bardin (2011). Como um conjunto de técnicas de estudo de objetos comunicacionais, especialmente quando tomados em uma quantidade mais significativa, a análise de conteúdo torna-se um complemento chave nesta pesquisa. Assim, Bardin (2011) nos dá a base para a interpretação produzida em uma plataforma digital de modo a ser possível obter uma condensação e uma representação simplificada dos dados. Com sua contribuição, fizemos uso da leitura flutuante, para então nos estendermos à análise em si e a criação de categorias, responsável por uma maior atenção aos dados e profundidade em seu exame.

Garantia de padrões éticos – nesta última etapa, conferem-se os procedimentos éticos tomados e se está tudo de acordo. Nesse sentido, partimos da afirmação de Kozinets (2014) de que analisar a comunicação de comunidades/culturas online ou suas

mensagens arquivadas, não é considerado pesquisa com seres humanos⁶, especialmente se for feita a opção por não registrar identidade dos/as agentes e se o conteúdo analisado for de acesso fácil e legal.

Inicialmente a intenção era realizar a análise sem utilizar nomes ou imagens dos perfis. Contudo, entendemos que isso impediria uma válida contribuição ao ecofeminismo e ao trabalho das mulheres que discutem questões tão relevantes. Assim, foi solicitada permissão à administração dos quatro perfis para mencionar seus nomes e colocar imagens de suas postagens na pesquisa. Até a finalização desse texto, duas responderam e permitiram. Assim, considerando questões relativas ao prazo da pesquisa, optamos por utilizar somente os dois perfis para visualização das categorias, ainda que os outros dois também estejam incluídos na coleta de dados, contagem de temas e seleção de postagens, mesmo que não mencionados.

MULHERES E NATUREZA: A BASE ECOFEMINISTA

A Natureza nem sempre sofreu uma dominação direta do homem, e em algum tempo mesmo as mulheres já se encaminhavam para uma forma de liberdade, como apresentado por Silvia Federici (2017) na obra *Calibã e a Bruxa*. No início da Idade Média muitas mulheres passaram a viver em grupos e comunidades próprias, possuindo autonomia sobre as próprias vidas ao cultivarem seus alimentos e ervas medicinais, podendo escolher com quem viver e se casavam ou não. A relação com a terra e com a Natureza, de onde tiravam seu sustento e dedicavam suas atividades, permitia que exercessem escolhas.

Ainda na Idade Média, a população da Europa Ocidental tinha uma visão diferente sobre o mundo natural, faziam e sentiam-se parte dele, incluindo os animais não-humanos, que eram tratados com apreço e até como membros da família (THOMAS, 2010). Não havia uma separação visível entre humano/natureza. As pessoas respeitavam-na e atribuíam-lhe quase que o status de sujeito, e por causa disso, também eram sujeitos. Contudo, isso começa a mudar conforme a sociedade europeia é encaminhada para a Idade Moderna em conjunto às primeiras modificações necessárias para a consolidação do modelo capitalista.

⁶ Aqui nos referimos à Nova Resolução 510/2016 de Ética em Pesquisa, que considera trabalhos com dados obtidos diretamente de participantes como envio obrigatório à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/comissoes-cns/conep/>. Acesso em 12 de janeiro, 2021.

Esse contexto histórico é importante para compreender que a dominação sobre mulheres e sobre a Natureza não ocorreu sem motivo e o que vivemos hoje na sociedade ocidental é fruto direto dessa relação. Assim, o olhar sobre a autonomia feminina torna-se outro e mulheres independentes são vistas como não-naturais, a ponto de serem associadas ao mal e portanto, ao que a Igreja Católica chamava de bruxa. A Caça às Bruxas inicia no final do século XV, e com isso, a subordinação das mulheres, que precisam ser obedientes e agir de forma passiva para não serem queimadas, tendo essa situação seu apogeu entre os séculos XVI e XVIII. Assim, a própria Natureza também é subjugada, tida como instrumento e fonte de feitiços das bruxas, logo virando apenas fonte de matéria prima de modo que a diferença entre humanos/natureza, homem/natureza é concretizada. Nessa dualidade, o homem se afirma acima da Natureza e tudo que é associado a ela: as mulheres (FEDERICI, 2017)

Na mesma época, as primeiras navegações cruzavam o mundo, iniciando a colonização dos povos não-europeus, sendo estes vistos como parte do mundo natural, e tornando o planeta local de experimentações. Os homens europeus então, desenvolviam a objetificação das mulheres, da Natureza e também dos outros povos, como meios para seus fins de dominação e poder. As mulheres tiveram suas vidas resumidas em recolher-se para o “lar” e ficar à mercê de seus maridos, enquanto à Natureza, a sofrer com a exploração sobre si para gerar riquezas. Os animais não-humanos, antes tidos como próximos dos seres humanos, viraram objetos de experimentações devido às teorias de cientistas como René Descartes e Francis Bacon, e são excluídos do círculo da consideração humana (PULEO, 2019).

Percebe-se, portanto, que a relação entre as mulheres e a Natureza não é nova, tampouco a ligação dos seres humanos e ela, como faz parecer a onda atual de movimentos ecológicos. A partir dos acontecimentos do passado, podemos afirmar que a opressão feminina é relacionada à opressão da Natureza, algo notado por muitas mulheres precursoras de movimentos de resistência que buscavam lutar em prol dessa ligação, da própria libertação e da sobrevivência do planeta.

Na primeira onda feminista, final século XIX e início do XX, ainda na Inglaterra e na luta pelo sufrágio feminino, muitas *suffragettes* associavam a dominação masculina e a falta de direitos das mulheres com a violência sofrida pelos animais não-humanos. Inúmeras eram vegetarianas, que além de não consumirem carne, leite e ovos, recusavam-se a usar roupas com peles e penas. Em uma das reuniões da Associação Nacional Norte-Americana pelo Sufrágio Feminino em 1907, uma das militantes

expressou a seguinte fala: “Nada me convenceria a comer frango ou a ser conivente com o horror de matar animais inocentes para usar suas plumas. Sinto um arrepio quando assisto uma convenção de sufragistas e vejo mulheres com horríveis troféus de carnificina no corpo”. (ADAMS, 2016, p. 250).

Uma das principais organizações de sufragistas, a Women’s Freedom League (WFL) tinha com presidente Charlotte Despard, já reconhecida como vegetariana e responsável por abrir inúmeros restaurantes do tipo durante a guerra e promover jantares nas reuniões de militância. Dentre vários outros nomes, se destaca o de Emmeline Pethick Pankhurst, líder do movimento, bem como Louise Lind-af-Hageby, que após adentrar a London School of Medicine for Women, passou a denunciar a crueldade da vivissecação e testes com animais (ADAMS, 2016). Leah Leneman (1997) cita que o vegetarianismo era tão presente entre as *suffragettes* que mesmo em casos de prisão das manifestantes, a comida servida era vegetariana. Elas enxergavam a prática do vegetarianismo como uma forma de pregar pela abolição da doutrina da força física, usada tanto em mulheres quanto nos animais e além disso, ainda libertaria a mulher do serviço doméstico, pois não se manteria horas na cozinha preparando receitas mais demoradas que levam a carne.

Já na segunda metade do século XX, inúmeras ações ecológicas foram manifestadas e grupos e movimentos estabelecidos, alguns em conjunto com as feministas da Segunda Onda. Mas isso não está limitado ao Ocidente. Na década de 1970, o movimento Chipko no Himalaia trouxe uma ação realizada por mulheres no salvamento de uma floresta, necessária à subsistência de famílias e comunidades na região. Na época, empresas estrangeiras já começavam a impor a monocultura nas terras indianas e, ao quererem destruir a floresta, dentre muitas, as mulheres abraçaram-se às árvores impedindo sua derrubada (SHIVA, 1995). Elas sabiam que sua vida e sustento dependiam do ecossistema local, assim como em muitos outros lugares do mundo.

Por outro lado, interessante perceber que, quando há devastação natural, são as mulheres as que mais sofrem com isso, precisando caminhar quilômetros a fim de encontrar água limpa e alimento para suas famílias (FEDERICI, 2019), sem falar na perda da própria Natureza e da relação humana/natural como algo relevante. Portanto, quando se afirma que as mulheres possuem uma aproximação com a Natureza, não é por um motivo essencialista, biológico ou mesmo sagrado. Elas são educadas e socializadas desde crianças a serem responsáveis por suas famílias e comunidades, pelo cultivo e alimento, especialmente em locais afastados dos centros urbanos (SHIVA,

2014). Essa postura permite um olhar mais lúcido sobre a importância de não haver destruição no meio natural e enfatiza a ideia de que todas e todos, incluindo homens, deveriam compreender isso e fazer parte de uma relação saudável e de respeito para com a Natureza.

É possível citar inúmeras outras situações em que mulheres foram as protagonistas em ações ecológicas, como é o caso do movimento vegano estadunidense (VEGANISM, 2017). Contudo, essa relação por muito tempo foi invisibilizada dentro de movimentos sociais, por vezes inclusive dentro do próprio feminismo. Quando as *suffragettes* são mencionadas, pouco se fala a respeito de seu ativismo junto da causa animal, assim como também são poucas obras e livros envolvendo esse tema que ganham notoriedade. Talvez por esse motivo muitas feministas tenham pensado a necessidade de criar uma vertente que especificasse a questão, como a ecofeminista que é declarada nesse contexto.

Foi essa teoria que permitiu a visibilidade de muitos fatos e perspectivas do que foi tratado no tópico anterior, sobre a relação entre mulheres e natureza. Gaard (2011, p.1998) afirma que na “raiz do ecofeminismo está a compreensão de que os vários sistemas de opressão se reforçam mutuamente: racismo, classismo e sexismo, heterossexismo, etarismo”. As ecofeministas tiveram reconhecimento de semelhanças adicionais entre as forças de opressão humana, como o especismo e o naturismo⁷.

O impulso inicial para o movimento ecofeminista foi o entendimento de que não haverá libertação das mulheres sem a libertação da Natureza. O que vale também para os ambientalistas, cuja libertação da Natureza não será obtida sem a libertação das mulheres. Essa ligação ocorre a partir de “vínculos conceituais, simbólicos, empíricos e históricos entre as mulheres e a natureza, como são construídos na cultura ocidental, requerem que feministas e ambientalistas abordem estes esforços” (GAARD, 2011, p.198). Nesse sentido, a teoria ecofeminista vem explorando as conexões entre muitas questões:

racismo, degradação ambiental, economia, política eleitoral, libertação animal, políticas reprodutivas, biotecnologia, biorregionalismo, espiritualidade, práticas de saúde holística, agricultura sustentável entre outras. Ativistas ecofeministas têm trabalhado em movimento por justiça ambiental, movimento verde, movimento antitóxicos, movimento de mulheres espiritualistas, movimento de libertação animal e movimento por justiça econômica (GAARD, 2011, p.198).

⁷ Discriminação contra não-humanos.

Assim, a partir da teoria ecofeminista, podemos elencar quatro marcadores sociais através dos quais a maior parte da teoria se desenvolve, também relacionados aos seus princípios e, portanto, recebendo especial atenção nesse trabalho. São eles: gênero, espécie, raça/etnia e classe social, que abordamos de forma breve a seguir:

a) **Gênero:** é um conceito elaborado por pensadoras feministas para designar o caráter cultural das distinções entre homens e mulheres, ideias sobre feminilidade e masculinidade criadas socialmente a partir do sexo biológico. Essas ideias passam por um procedimento de naturalização, que as atribui como distinções naturais aos comportamentos femininos e masculinos, gerando desigualdades que discriminam principalmente as mulheres, vistas nisso como inferiores. Assim, o termo gênero busca desmontar essa naturalização das diferenças (PISCITELLI, 2009). Dentro do ecofeminismo, a crítica ao gênero vem de sua atribuição à mulher a partir de uma ligação essencialista com e sobre a Natureza, ambas vistas como irracionais que devem ser controladas pelo poder masculino e pela cultura civilizadora. A teoria ecofeminista tem como um de seus princípios romper com essa lógica dualista de cultura/Natureza, homem/mulher, razão/emoção, etc., em que a primeira é sempre superior à segunda. Tampouco objetiva colocar a segunda como superior, buscando relações sem hierarquia e uma sociedade sem dominante e sem dominado.

b) **Espécie:** o conceito desse marcador vem do termo especismo, utilizado para designar o tratamento injustificado contra seres que não são pertencentes à uma espécie em particular (HORTA, 2010, p.2). Refere-se à opressão sofrida pelos não-humanos, e por ser um tipo de subjugação, sugere-se que seja incluído nas intersecções centrais de gênero da perspectiva feminista, tal como o sexismo, racismo, classismo e outras formas de opressão (PULEO, 2019, p.165). Seguindo na ideia das intersecções, à espécie também é atribuído o gênero, como podemos compreender ao relacionar as indústrias de consumo animal em que as fêmeas, vistas como “seres femininos” e parte da Natureza, são exploradas por seu potencial reprodutivo: gerando novos corpos para o abate e na produção incessante de leite ou ovos.

c) **Raça/etnia:** sob uma perspectiva histórica, a etnia diz respeito à um grupo que compartilha um mesmo ancestral, língua, religião e território geográfico. Porém, optamos por utilizar tanto raça quanto etnia na categorização, pois o conceito de raça não é substituído pelo de etnia, pelo fato de que as populações ainda enfrentam obstáculos no acesso à cidadania e inclusão econômica, política e social, devido ao que era entendido como a categoria de raça ao longo dos séculos (BASTHI, 2011).

Dentro da teoria ecofeminista, isso se associa também às questões de racismo ambiental. Afinal, são os locais em que se encontram comunidades de minorias étnicas que mais sofrem com poluentes e outros dejetos destinados pelas indústrias, devido ao baixo poder econômico. As diretrizes ambientais, portanto, afetam de forma diferente e desvantajosa indivíduos e comunidades com base na cor ou raça, algo muitas vezes reforçado por instituições governamentais, políticas e militares (ALMEIDA, 2016).

Já de forma oposta, a branquitude garante benefícios que facilitam o acesso com dignidade a bens e serviços, boas escolas e um ambiente sem depredação ou falta de saneamento básico (AKOTIRENE, 2018).

d) **Classe social:** as classes são relações sociais que envolvem antagonismos sob uma materialidade de corpos reais, também detendo sexo/sexualidade, raça/etnia, sendo preciso entender isso para que se possa compreender o que é classe em sua totalidade (CISNE, 2018).

O termo é abordado no ecofeminismo ao definir uma dessas particularidades na visão ecológica, pois diante de desastres e crises ambientais, os indivíduos que mais sofrem em nossa sociedade são aqueles das classes mais baixas, acometidos pela falta de recursos econômicos, água e alimento de qualidade. Além de que, essa parcela de indivíduos é composta principalmente por mulheres em situação de precariedade (SALLEH, 2017). Partindo dessa compreensão, esses marcadores são abordados de diferentes formas e em diversos aspectos por inúmeras autoras ao redor do mundo que geram discussões acerca do ecofeminismo, cada uma situando sua escrita a partir do próprio contexto e contribuindo para o aprofundamento dessa vertente feminista. Após d'Eaubonne (2074), além de Adams (2016), Gaard (2011), o termo foi aderido por muitas mulheres, como a já citada Vandana Shiva (2014). Indiana, física e ativista, escreveu *Ecofeminismo* (2014) em coautoria com Marie Mies, para discutir os estragos ambientais, distribuição de alimentos e como a manutenção da vida deixada nas mãos das mulheres poderia contribuir para a melhoria ambiental no mundo, pois elas são as que mais sofrem sob a destruição natural. No livro *Monoculturas da Mente* (2003), aborda a importância da biodiversidade e dos movimentos femininos ao redor do mundo, para manter a ordem natural, dos saberes não-ocidentais e não-acadêmicos.

Já Alicia Puleo (2019), filósofa argentina erradicada na Espanha, aborda o antropocentrismo e, em um seus trabalhos mais recentes⁸, faz uma crítica ao olhar da ciência que não produz sujeitos, mas objetos que se reduzem à suas qualidades e dimensões. A autora alega que a busca pela objetividade científica reproduz a crueldade, é por isso que futuros médicos e veterinários são ensinados a desprezar a vida e o sofrimento de animais em situação de experimentação. Puleo (2019) não estimula a destruição científica, mas defende uma ciência ética e sem dominação, sem relações de poder e sob o viés ecofeminista, com uma cultura respeitosa para com a Natureza.

Outras autoras compactuam com essas abordagens, como Ariel Salleh (2017), Marti Kheel (2007) e Emma Siliprandi (2018). No Brasil, ainda destaca-se Daniela Rosendo (2012), como uma das primeiras autoras a abordar o ecofeminismo, e também Tânia Kuhnen (2019) e Sônia T. Felipe (2014). Com esse contexto, é possível ter uma ideia de como o ecofeminismo é tratado na esfera acadêmica. No entanto, não podemos nos limitar a ela. É necessário inserir a questão do ativismo para compreender o ecofeminismo como teoria e movimento social e como é discutido em outras esferas igualmente importantes para seu reconhecimento e legitimidade.

MOVIMENTOS SOCIAIS E O ATIVISMO

Para compreender de modo mais aprofundado o ecofeminismo como ativismo, é preciso haver uma explanação acerca da definição de movimento social. Os movimentos sociais são vistos como ações coletivas de cunho sociopolítico e cultural, pois possibilitam formas de a população se organizar e expressar demandas. Inicialmente isso ocorria por meio de associações e sindicatos, em que organizava-se estratégias e mobilizações visando denúncias e atos públicos como manifestações e marchas (GOHN, 2011). Mais recentemente, a partir do que John Thompson (2018) chama de revolução digital, as interações entre indivíduos e meios de comunicação se ampliaram e modificaram, abrindo um leque de novas possibilidades para os movimentos sociais.

Assim, passaram a atuar por redes sociais locais, nacionais e internacionais/transnacionais, o que permitiu que construíssem ações coletivas de resistência de qualquer parte do mundo. São caracterizados por deter uma identidade

⁸ *Perspectivas ecofeministas da ciência e do conhecimento: críticas ao viés andro-antropocêntrico* (2019). Tradução de Dr. Carlos Fils Puig, do original *Perspectivas ecofeministas de la ciencia y el conocimiento. La crítica al sesgo andro-antropocéntrico* (2017).

articulada em um projeto de vida, buscando uma sociedade mais democrática, que reconheça a diversidade cultural e novas políticas de inclusão, através da denúncia de um opositor, da exclusão social e das injustiças do sistema. Igualdade, fraternidade, solidariedade e a liberdade através do princípio da autonomia costumam ser a base para as pautas abordadas. É um objetivo frequente redefinir a esfera pública e construir novos modelos e inovações sociais. Ainda hoje, os movimentos sociais lutam não apenas por autodesenvolvimento, mas também por sustentabilidade (GOHN, 1997).

Em alguns casos isso se relaciona com outros movimentos, tradicionais e étnicos, como dos povos originários e alternativas sistêmicas tal como o *buen vivir* (bem viver) dos povos andinos da Bolívia e do Equador, o decrescimento e a desglobalização, os comuns e mesmo, o ecofeminismo. Em tais casos, podemos nos permitir enxergá-los como respostas para as crises que enfrentamos: ambiental, econômica, social, geopolítica, institucional e civilizatória. É preciso compreender que a resolução dessas questões não ocorrerá de forma isolada, mas em conjunto (SÓLON, 2019).

A visão antropocêntrica do mundo coloca o ser humano como superior à Natureza, contribuindo para a estrutura estabelecida pelo capitalismo, que acentuando os aspectos do patriarcado, invisibiliza o trabalho reprodutivo e de cuidado que as mulheres desenvolvem em espaços não mercantilizados (SHIVA, 2014)

A mercantilização que desvalorizou essas atividades consideradas femininas advém do processo de acumulação primitiva que subordinou as mulheres ao domínio masculino, como tratamos no primeiro tópico ao relatar sobre a Caça às Bruxas. Assim, toda e qualquer produção que não visa o consumo diretamente relacionado a bens materiais, é tida como inferiorizada. Com base nisso, nos encontramos no que é chamada de sociedade do consumo, em que todos os objetos são valorizados, e as ideias, os lazeres, saberes e a cultura também ganham a condição de objeto (DOMINGUES; MIRANDA, 2018). Mesmo as mulheres, os animais não-humanos e a Natureza são impostas a essa condição.

Para Izabela Domingues e Ana Paula de Miranda (2018), essa lógica cria uma autodefinição do indivíduo a partir do “possuir”. Assim, o “eu” é expressado através do consumo e das posses. A lógica capitalista incentiva essa dinâmica por meio de um consumismo desenfreado, causador de desequilíbrios sociais e ambientais e da exploração excessiva, principalmente dos bens comuns (água, terra, ar, etc.), utilizados como matéria prima na produção dos objetos. Tal processo acentua as crises por

provocar um esgotamento desses bens, tendo como consequência as crises climáticas, e um número crescente de sujeitos diretamente atingidos por elas.

Movimentos sociais são acionados por essa questão, considerando-a de extrema urgência, principalmente ao levar em conta o papel das grandes corporações transnacionais, com o apoio do avanço do capitalismo, do neoliberalismo e da globalização econômica. Assim, muitos indivíduos dentro de movimentos sociais encontraram no consumo uma forma de se contrapor, ou ainda, a recusa deste como suporte para mobilização (DOMINGUES; MIRANDA, 2018).

Um exemplo já mencionado é o veganismo, cujo posicionamento exclui da dieta, do vestuário, do entretenimento, o consumo de animais não-humanos. Assim, é uma escolha política e ética optar por recusar qualquer tipo de produto ou serviço que tenha origem ou use animais em seu processo produtivo. Também inclui boicote à indústria e empresas que favorecem experimentos científicos. Os indivíduos hoje podem ser chamados de consumidores-cidadãos, por usar seu ato de consumo como um manifesto, como exercício de sua cidadania (CANCLINI, 1999).

No exemplo do movimento vegano, escolher não consumir também pode ser uma forma de consumo, pois, quando necessário, procurará opções de não exploração que se adequem a seu posicionamento, seja comprando grãos com produtores locais ou roupas de segunda mão. Aqui se associa também o ecofeminismo, por ter seus princípios básicos a ética para com os não-humanos. Para tanto, a reconfiguração do consumo é um modo que muitos movimentos sociais encontraram para mobilização, mesmo que não se reduzam à isso. É o ativismo que vem convocando as pessoas para tomar posições e decisões sobre temas em evidência - e que o consumir, ou deixar de consumir, é uma parte relevante nisso (DOMINGUES; MIRANDA, 2018).

Muito desse ativismo vêm se manifestando nas últimas décadas através do meio online, modificando e ampliando as possibilidades de mobilização através da comunicação digital. Livia Moreira de Alcântara (2016) observa essa tendência como uma nova configuração comunicativa dos movimentos sociais

Caracterizada pela reestruturação das práticas cotidianas de comunicação, por interações mediadas pelas NTICs (Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação) e pela conexão digital entre indivíduos, grupos e sociedade. Esse novo padrão comunicativo implica na geração de novas dinâmicas de confronto, temporalidades e espacialidades para a ação coletiva contemporânea, assim como de subjetividades políticas (ALCÂNTARA, 2016, p.332).

Nesse sentido, as redes sociais situadas em plataformas digitais como o Instagram, Facebook, Youtube, reúnem indivíduos em comunidades virtuais a partir de suas afinidades, gostos e predileções. Compartilhando e trocando informações, organizando debates e manifestações, constroem um espaço de ativismo capaz de alcançar outros sujeitos que se identificam com a causa, tendo, portanto, um acesso mais amplo que no ambiente físico.

Ao utilizarem as redes digitais, os movimentos sociais possibilitam uma maior circulação de temas e participações em ações que ficariam limitadas a um público menor, ou se restringiriam à uma esfera academicista. Aqui se inclui o ecofeminismo, cuja maior presença no país poderia ocorrer dentro de círculos de estudo acadêmicos, mas que com os usos das redes sociais, têm a oportunidade de ampliar a visibilidade de seus princípios através de ativistas que se comprometem com o movimento e discursam em seu nome.

CATEGORIAS E ANÁLISE

A análise foi realizada a partir da observação de um período de três meses, abrangendo janeiro, fevereiro e março de 2020. Considerando o recorte temático voltado para os marcadores sociais de gênero, espécie, raça/etnia e classe social, totalizando 145 postagens. Assim, coletamos as postagens que se associavam aos respectivos marcadores e as organizamos em categorias para aprofundar o conteúdo buscando compreender a perspectiva e articulação das ativistas sob a ótica do ecofeminismo. Abaixo, segue a apresentação dos perfis analisados que permitiram exposição, o quadro com o número de postagens analisadas e, a seguir, as categorias e uma descrição dos temas e marcadores tratados pelas ativistas em cada uma delas.

@Modifica: Esse perfil (figura 1) é a página de Instagram do jornal independente de mesmo nome, fundado por Marina Colerato. Apresenta discussões sobre a indústria da moda e sustentabilidade, sob uma perspectiva social e politizada, como as crises climáticas, violência de gênero, economia, etc. As postagens se iniciaram em 2014 e hoje há a média de sete por semana, totalizando 3.079. Já os seguidores somam 87,5 mil pessoas. A ferramenta de postagem mais utilizada são as imagens, geralmente uma média de 4 em conjunto, para formar um texto explicativo e de rápido acesso sobre determinado tema, e na legenda, um texto de apoio.

Figura 1: Perfil Modefica.



Fonte: Instagram.

@PapaCapim_Sandra – É o perfil (figura 2) pessoal de Sandra Guimarães, criado a partir do blog PapaCapim⁹, em que trata de questões relacionadas ao veganismo, alternativas ao consumo animal, críticas e resenhas de livros e problemáticas envolvendo outras questões sociais como sexualidade, direitos trabalhistas e descolonização. As postagens foram iniciadas em 2014, não há uma frequência estabelecida hoje, mas são atualizadas em torno de duas vezes por semana. Totalizam 2.074 posts e o perfil possui 48,6 mil seguidores. Os temas são tratados de acordo com o que acontece na vida de Sandra ou em relação à dúvida de alguma seguidora. A ferramenta de postagem mais utilizada é a imagem com legenda explicativa.

Figura 2: Perfil PapaCapim_Sandra.



Fonte: Instagram.

⁹ Disponível em: <http://papacapim.org> e http://instagram.com/PapaCapim_Sandra.

Quadro 1: Número de postagens analisadas.

Perfis ativistas	Gênero	Espécie	Raça/etnia	Classe social	Outros	Total
1 Modifica	24	4	5	17	13	63
2 PapaCapim	4	5	-	8	4	21
3 PlanetV	5	17	-	5	3	30
4 Veg nissima ¹⁰	4	9	1	1	16	31
Total	37	35	6	31	36	145

Fonte: elaborado pela autora.

1) Gênero – Tendo em vista que as ativistas observadas são todas mulheres, e seu ponto de vista estar muito presentes nas discussões, o gênero é a categoria que mais possui postagens. No caso do Modifica, mesmo não sendo um perfil pessoal, a equipe presta muito por manter a abordagem feminista e o foco nas mulheres.

Dentro dessa perspectiva, os perfis abordam diferentes maneiras possíveis de relacionar as questões das mulheres e relações de gênero e sexo, como a discriminação de gênero, o machismo, o movimento feminista, o dia da mulher (por ser o mês de março), além de destacar mulheres que fizeram/fazem trabalhos importantes para a sociedade.

Para tanto, em muitas postagens a temática de gênero não é apresentada como sozinha e separado, pois se articula com das demais categorias como o movimento vegano, racismo e sexismo na indústria cinematográfica, mulheres como os indivíduos mais pobres do planeta, entre outros. Nesse sentido, é visível a proximidade existente entre gênero e outros marcadores sociais, algo já posto em destaque pelas ecofeministas (PULEO, 2019).

A postagem refletida abaixo (figura 3) foi escolhida para exemplificar uma ação da ativista que reconhece a importância de estimular o aprendizado prático sobre a luta feminista. Uma das formas que Sandra Guimarães tem de exercer seu posicionamento político e contribuir para informar e conscientizar a respeito de lutas sociais, são “*tours políticos*”, passeios que organiza e já organizou sobre diferentes países. O exemplo em destaque da postagem é sobre a França, em que apresenta a importância das lutas sociais no país e enfatiza realizações femininas que abrangeram além de um continente, como é

¹⁰ Perfis 3 e 4 com nomes fictícios por motivos que foram explicitados na formulação do corpus.

o caso de Olympe de Gouges. Olympe foi decapitada ao argumentar que mulheres deveriam ser consideradas cidadãs plenas, tal como os homens.

Sandra está sempre discutindo sobre a discriminação que as mulheres sofrem, especialmente por ainda não possuírem a mesma consideração na sociedade quanto os homens, por isso a relevância ao eleger Olympe de Gouges como um dos destaques do *tour*. Na imagem vemos a pintura que ilustra como seria Olympe de Gouges, o título de sua obra em francês *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã* (1791)¹¹ e suas datas de nascimento e morte.

Figura 3: Postagem na categoria Gênero.



Fonte: Instagram.

¹¹Tradução minha.

Figura 4: Legenda da imagem na categoria Gênero.

papacapim_sandra Eu criei o projeto de tours políticos em Paris ano passado e não tinha a mínima ideia que os movimentos de luta aqui, seguindo a via aberta pelos Coletes Amarelos, iam se articular e se transformar no que estamos vivendo hoje na França. Então passou a fazer ainda mais sentido que o foco principal dos tours seja o histórico de resistência e insurreições de Paris. Da primeira Declaração dos Direitos das Mulheres, redigida por Olympe de Gouges em 1791, passando pela Comuna de Paris em 1871, a luta anticolonial do povo argelino nos anos 50-60, Maio 68, o início do movimento social dos Coletes Amarelos em 2018 e a atual luta contra o neoliberalismo de Macron e seu plano de destruir o modelo social francês, baseado na solidariedade, o tour oferece a oportunidade de ouvir as histórias lá onde elas aconteceram. São muitos exemplos de resistência, ao longo dos séculos (citei apenas alguns aqui), e podemos nos inspirar e aprender muito com a luta das pessoas que vieram antes de nós. Sim, o tour continua sendo antiespecista, por questão de coerência política: minha luta é contra todo tipo de dominação e exploração e não abro mão desses princípios quando me sento pra comer. Então entre uma visita e outra, tem muita comida vegetal maravilhosa, incluindo croissant 🥯 e alguns dos melhores queijos da Europa. Já que estamos aqui, vamos lutar como uma parisiense (tradução: comendo croissant e com uma baguete embaixo do braço ;). Datas dos tours 2020:

Fonte: Instagram.

A partir da legenda (figura 4) também é possível observar como o debate sobre gênero está relacionado a outras questões sociais, como a luta anticolonial, contra o neoliberalismo, contra o especismo e demais formas de dominação e exploração. Assim, é perceptível a ligação entre gênero e demais marcadores e opressões, tal como reconhecido pelo ecofeminismo. Principalmente pelo entendimento de que todas essas formas de exploração se originaram como uma ampliação da opressão sofrida pelas mulheres, evidenciada na Idade Média com objetivo de encaminhar o sistema capitalista, que teve desde o princípio o forte e indispensável apoio do sistema patriarcal (FEDERICI, 2017).

Em outras postagens do perfil, a ativista aprofunda a temática de gênero através de sua abordagem politizada e militante, dando exemplos a partir de experiências próprias ou relatos próximos, como manifestações contra o abuso sexual e incentivo à autonomia feminina a partir da alimentação vegana e do desenvolvimento intelectual. Há também uma postagem que aborda especificamente o livro *A política sexual da carne* de Carol J. Adams (2016), mostrando a proximidade entre ela e temas reconhecidamente ecofeministas. Na obra, Adams (2016) lança um olhar sobre a ligação entre a opressão das mulheres dos animais não-humanos, ambos tratados como objetos na sociedade que retira deles o status de sujeitos autônomos. A autora define isso como “referente ausente”, quando se ausenta o indivíduo de si para que ações degradantes contra ele sejam tidas como aceitáveis. As postagens nessa categoria trazem o gênero, sobretudo, como uma denúncia às discriminações sofridas por mulheres e apesar de

também tratem de outros temas. Tais discussões encontram-se nos perfis como uma maneira de dar maior visibilidade às perspectivas femininas.

2) Espécie - Essa é uma das categorias que mais possui postagens, tanto pelo fato de que a relação com os animais não-humanos está muito presente no ecofeminismo, como pelas ativistas serem veganas (ROSENDO, 2019). Assim, nessa abordagem estão incluídos assuntos não apenas sobre o movimento em si e sua ligação com o ecofeminismo, mas também a relação que existe entre a opressão de gênero e de espécie. Desse modo, o veganismo é apresentado como alternativa acessível ao consumo animal e sua possibilidade de autonomia alimentar, Natureza e ética. A postagem escolhida para ser analisada nessa categoria é do perfil da @PapaCapim_Sandra (figura 5), por ser o marcador mais evidenciado e abordado pela ativista, tendo em vista que a página foi criada como uma extensão do blog, cujo objetivo é informar as pessoas sobre o movimento vegano e tópicos que facilitam hábitos de vida dentro dele. Essa postagem foi selecionada por tratar diretamente da questão de espécie, principalmente através do ato político que é o não-consumo de produtos com origem animal (ROSENDO, 2019).

Figura 5: Postagem na categoria Espécie.



Fonte: Instagram.

Na imagem vemos a etiqueta de uma jaqueta¹² e na legenda (figura 6) um texto explicativo do que isso significa. Percebe-se que trata de três pontos principais ao falar sobre a jaqueta: o não-consumo à marcas antiéticas, ao optar por comprar roupas de segunda mão ou aptas para pessoas veganas; a luta contra a exploração sofrida pelo trabalhador e pelos animais; e a questão de espécie. Assim a perspectiva da mensagem constrói-se em torno do objetivo de tratar tanto humanos quanto não-humanos com dignidade e respeito.

Figura 6: Legenda da categoria Espécie.

<p>papacapim_sandra O que fazer com roupas e acessórios de origem animal depois que nos tornamos veganas? Não existe uma resposta pronta que funcione pra todas.</p> <p>Se você não tem condições de substituir as peças de couro, lã ou seda, assim como cosméticos testados em animais/com ingredientes animais, não acho contradição nenhuma continuar usando até acabar tudo e ir substituindo aos poucos, à medida que for necessário/possível.</p> <p>Você tem condições de substituí-las por similares vegetais? Ótimo! Mas claro que vou sugerir que você não</p>	<p>jogue nada no lixo. Melhor doar tudo pra quem precisa (ou fazer um bazar).</p> <p>Quando me tornei vegana eu já comprava minhas roupas de segunda mão (lojas de caridades aqui na Europa são os brechós mais baratos) e por um tempo segui comprando peças de lã (nunca tive nada de couro) usadas. Eu não estava financiando esse mercado, já que as peças eram usadas (e tinham sido doadas) e o dinheiro iria pra uma instituição de caridade, não pra uma marca exploradora de animais. Mas pouco tempo depois isso passou a me incomodar. Mesmo não participando diretamente da exploração animal, ao usar o pêlo de animais eu continuava normalizando</p>	<p>animais eu continuava normalizando essa exploração, enviando a mensagem de que tudo bem se vestir com partes de um animal. E o motivo de ter me tornado vegana foi justamente me opor, denunciar e lutar pelo fim da exploração animal.</p> <p>Continuo comprando quase tudo de segunda mão e não é difícil escolher apenas materiais não-animais, apesar de morar em uma parte do mundo com invernos rigorosos que exigem roupas quentes. Já esse casaco da foto foi a única peça que comprei nova e que veio com um "selo vegano". Mas não precisa ter selo, basta ler a etiqueta e se assegurar que tudo ali é de origem vegetal. Escolhi comprar essa peça em especial</p>	<p>porque além de não ter exploração animal também não tem exploração humana, um imperativo pra mim quando compro uma peça nova (que é 10% do meu guarda-roupa, todo o resto é de segunda mão). Mas isso é conversa pra outro dia.</p>
---	---	---	--

Fonte: Instagram.

Ao optar por não adquirir de uma peça de roupa sem certificação ética, percebe-se que os princípios do ativismo agem através dessa tomada de escolha e posicionamento em todas as esferas da vida. Assim, o não-consumir torna-se uma forma de consumo que visa a própria cidadania e a consideração para com a existência de outros seres e o bem-estar geral do planeta (CANCLINI, 1999).

Na postagem, Sandra menciona também que a produção da jaqueta não envolve crueldade para com os animais não-humanos e com seres humanos. Isso pode ser

¹² Em português: *Essa jaqueta importa. Por quê? Porque foi feita como uma jaqueta deve ser feita. Sob justas condições e com material reciclável. Dessa forma, não poupa apenas água. A produção também requer menos química e energia. Nós mencionamos que essa peça é vegana e que sua capa resistente à água é aprovada pelo bluesign?*(Tradução livre). *Bluesign* é um certificado de responsabilidade sustentável.

considerado uma referência aos *sweat shops*¹³ ou outras empresas que sob o rótulo de *vegano* ou *cruelty-free* ainda exploram seres humanos ao produzir seus produtos. Qualquer tipo de exploração é repudiada no ecofeminismo, visando uma convivência sem hierarquias (SILIPRANDI, 2000).

Essa a luta contra qualquer tipo de exploração, é entendida a partir do pensamento ecofeminista de que não haverá libertação das mulheres sem a libertação da Natureza, portanto, os humanos não serão libertados sem que os não-humanos também o sejam. É uma questão de relação, e não algo isolado, como bem afirma Gaard (2011) ao citar essa visão das conexões e interligações entre as formas de opressão, pois um desses sujeitos não é oprimido sem que o outro também seja. Portanto, é parte do sistema patriarcal e capitalista utilizar-se de tudo que é considerado inferior como meio para um fim, e não reconhecer o status de sujeito e como um fim em si mesmo.

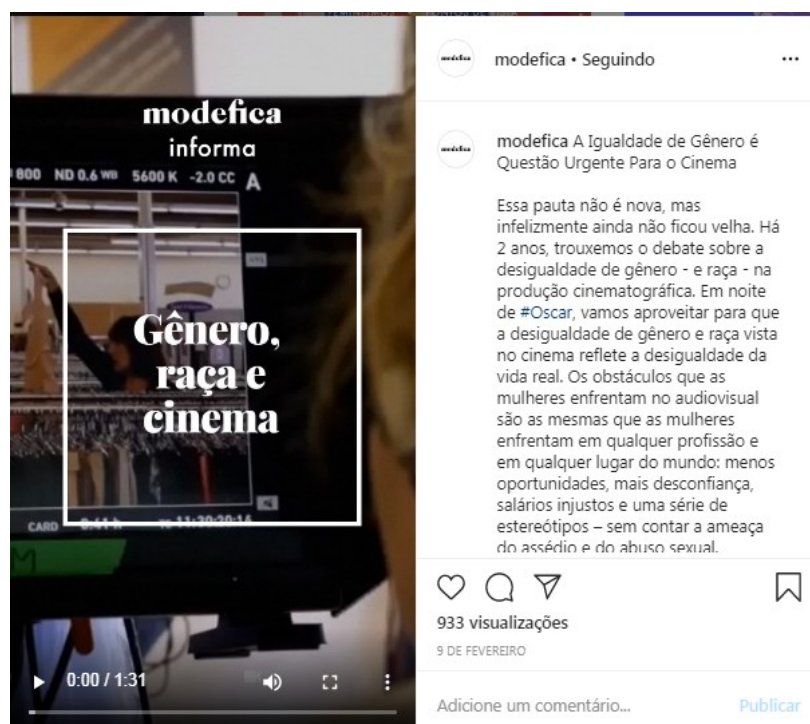
Nota-se que a ativista também se posiciona sobre não jogar no lixo as roupas já usadas - o que inclui o respeito para com a Terra e outros indivíduos, já que quantidades absurdas de lixo vão para em meio aos rios e florestas, causando obstáculos e poluição. Isso impede o crescimento saudável desses bens naturais, como também afeta aquelas que vivem próximas a esses locais e acabam em péssimas condições de saúde, geralmente pessoas já marginalizadas por questões de classe e racismo (BASTHI, 2011), como veremos a seguir.

3) Raça/etnia: A abordagem desse marcador nos perfis ocorre a partir de diversas perspectivas, desde o racismo em diferentes indústrias, mulheres negras realizadoras de trabalhos e ações socialmente relevantes, a situação de pessoas que se tornaram refugiadas devido às péssimas condições ambientais de seus países e o apoio de mulheres aos povos indígenas. O conteúdo dessas postagens são importantes por serem costumeiramente pouco discutidos nas pautas de movimentos ecológicos e ambientais, e menos ainda, em movimentos de mulheres sem abordagens antirracistas. O perfil Modifica dentro desse marcador, publica conteúdo mais relacionado ao ambiental. Contudo, escolhi essa postagem por ser a que trata mais diretamente da categoria, mostrando que a representatividade também é algo importante dentro do ecofeminismo e essencial à qualquer comunicação sobre o tema.

¹³ Ou "*fábricas de suor*", que envolvem condições precárias de trabalho, com perigos à saúde, instalações impróprias e pagamento muito baixo. Disponível em: <http://www.comciencia.br/dossies-1-72/200405/reportagens/08.shtml>. Acesso em 17 de setembro de 2020.

A postagem é um vídeo de 1:31 min que apresenta dados sobre a indústria cinematográfica e a representação de mulheres em filmes, produções e premiações e cargos de direção, atentando para a pouca participação dada a elas tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, especialmente as mulheres negras (figura 7). Nesse sentido, gênero e raça/etnia se conectam aqui sob o entendimento da dupla opressão sofrida pelas mulheres negras, enfatizando a importância de dar destaque às suas narrativas. Como afirma Heleieth Saffioti (1987), isso ocorre pelo modo com que o capitalismo e o patriarcado se retroalimentam junto do racismo, impedindo que certos indivíduos, como nesse caso, saiam de papéis sociais subalternos, como citado na legenda (figura 8). Ou seja, tanto o sexismo, quanto o racismo e muitas vezes, a desigualdade econômica, são dificuldades que mulheres negras precisam ultrapassar para chegar em cargos e posições de liderança e reconhecimento, possuindo muito mais empecilhos estruturais que um homem branco, por exemplo, pois a estrutura social é criada para beneficiá-lo (AKOTIRENE, 2018).

Figura 7: Postagem da categoria raça/etnia



Fonte: Instagram.

Figura 8: legenda da categoria raça/etnia.

modifica A Igualdade de Gênero é
Questão Urgente Para o Cinema

Essa pauta não é nova, mas
infelizmente ainda não ficou velha. Há
2 anos, trouxemos o debate sobre a
desigualdade de gênero - e raça - na
produção cinematográfica. Em noite
de #Oscar, vamos aproveitar para que
a desigualdade de gênero e raça vista
no cinema reflete a desigualdade da
vida real. Os obstáculos que as
mulheres enfrentam no audiovisual
são as mesmas que as mulheres
enfrentam em qualquer profissão e
em qualquer lugar do mundo: menos
oportunidades, mais desconfiança,
salários injustos e uma série de
estereótipos – sem contar a ameaça
do assédio e do abuso sexual.

Para ler a matéria com mais
informações, acesse:
<https://modifi.co/2jToiLX>

Siga a gente no YouTube:
<http://bit.ly/modificanoyoutube>

Fonte: Instagram.

Tratar disso em um perfil com enfoque de temas ecofeministas é uma forma de exercer seus princípios acolhendo diferentes vozes e perspectivas, pois os movimentos sociais não podem se construir com base em uma única visão de mundo. Porém, ainda é preciso ressaltar que essa categoria é a que menos possui postagens durante o período de coleta de dados. Isso salienta a urgência de tornar visível o marcador de raça e etnia em círculos ecológicos e dos demais movimentos sociais. Deve-se atentar especialmente para as formas com que opressões relacionadas a esse marcador ocorrem em diferentes contextos e locais, sendo imprescindível promover a presença da diversidade étnica nos debates tanto no meio online quanto offline.

4) Classe social - Nesta categoria, observa-se nos dados analisados uma preocupação em manter esse marcador presente, havendo um entendimento por parte das ativistas de que não há como discutir ecologia, veganismo, feminismo, etc., sem trazer à tona particularidades de classe e formas de inclusão para todos. Essa abordagem politizada relaciona-se diretamente com a degradação da Natureza, especialmente por serem indivíduos de classes mais baixas os primeiros a serem atingidos por crises ambientais. Nesse sentido, foi selecionada uma postagem do Modifica (figura 9) que conecta de forma completa esses aspectos, de forma articulada a problemas urgentes ocorridos em âmbito mundial durante o período da pesquisa: a pandemia do Covid-19.

Já na legenda (figura 10), vemos uma forte crítica ao sistema capitalista e suas consequências para a população e a Natureza, com foco na pandemia do Covid-19, afirmando que os danos maiores são sofridos justamente pelas classes mais baixas da população, desfavorecidas em termos estruturais, sociais e materiais. Salleh (2017) cita que essa desigualdade faz partes dos interesses de uma elite global dominante, que visam lucrar e privatizar os bens comuns como a água, assim, limitando seu acesso à um grupo já privilegiado de indivíduos. Essa abordagem é vista na postagem ao ser mencionada a “base filosófica do individualismo”, que foca na ação do indivíduo sem trazer à tona questões coletivas e além. Também alerta para a importância das questões de classe dentro do ecofeminismo, pois a pobreza possui um sexo específico, fenômeno que ela chama de “feminização da pobreza”. A partir dessa reflexão, são as mulheres os seres humanos que mais vivem em condições precárias no planeta, por causa das situações de vulnerabilidade à que são expostas, tais como salários baixos, moradia em regiões em desenvolvimento com ausência de empregos formais, trabalho doméstico não-remunerado e a falta de oportunidades pelas funções de cuidado atribuídas a elas (SALLEH, 2017).

Figura 9: Postagem da categoria Classe.



Fonte: Instagram.

Figura 10: Legenda da categoria Classe.

modifica "Há uma série de artigos em diversos veículos proeminentes tentando decifrar os motivos pelos quais o #Covid19 conseguiu abalar o mundo enquanto o colapso climático, algo muito maior em escala e mais perigoso em se tratando de ameaça à vida das pessoas, não é capaz de mover uma palha para mudanças significativas em busca de mitigação, prevenção e diminuição de emissões de gases de efeito estufa.

Igualmente, não faltam debates e evidências sobre a enorme capacidade do capitalismo de gerar epidemias derivadas de crescimento descontrolado somado à falta de

amparo (como acesso à saúde, alimentos descentes, saneamento básico, etc) à maior parte da população global. Um debate que, inclusive, não é novo.

Embora ambas as discussões sejam cruciais, acredito estarmos num momento oportuno para ampliar um outro debate: como o negacionismo e inércia climáticos são instrumentos de ampliação da necropolítica instalada nas periferias globais".

Nossa editora, @marinacolerato, argumenta que a pandemia está escancarando que, caso houvesse disposição, seria possível agir rápido e

de forma efetiva em relação às mudanças climáticas, conforme vem pedindo a comunidade científica há mais de 30 anos. E que não agir – e entregar as pessoas à própria sorte – é uma escolha. Leia o opinativo completo clicando no link na bio.

Fonte: Instagram.

De forma complementar à legenda, a imagem é também explicativa e complementa a informação com o intuito não apenas denunciar um problema, mas também apresentar uma possível solução: o decrescimento econômico¹⁴. Sobre soluções, Shiva (2003) coloca que ecologia, justiça e eficiência convergem na biodiversidade, essa muito importante para a sobrevivência da Natureza e da humanidade, “diversidade assegura o sustento de muitos e a justiça social” (SHIVA, p.112, 2003). Portanto, buscar outras configurações de sistema e outras formas de economia, como a economia de subsistência, é um caminho para a justiça social e dar a todos e todas pleno direito de usufruir uma boa relação com a Natureza. Do mesmo modo, ressalta a possibilidade que há em nos unirmos coletivamente para buscar uma melhoria para o mundo e para a sociedade, no mesmo sentido que o ecofeminismo direciona para relações não-hierárquicas e enaltecimento da pluralidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ecofeminismo incentiva uma visão de mundo capaz de captar as relações de poder em nossa sociedade e como elas agem e se entrelaçam em diferentes esferas e no cotidiano dos indivíduos. Defendendo uma conexão entre mulheres e Natureza por um viés político e não essencialista, é desenvolvido por muitas autoras, sob o entendimento

¹⁴ Serge Latouche (2007) defende uma relocalização da economia, evitando a grande produção e deslocamento de mercadorias e o fim a lógica produtivista.

de que busca romper com relações de dominação e exploração tanto sobre humanos quanto não-humanos, estabelecendo colaboração.

Observando a ampliação da interação e dos debates públicos que foi impulsionada pela Internet, em especial pelas redes sociais digitais, é possível perceber que as possibilidades de expansão para os movimentos sociais também se fortaleceu. A partir de cada perfil público na rede, reúne-se uma comunidade virtual de indivíduos com interesses em comum (DOMINGUES; MIRANDA, 2018), como uma oportunidade para que ativistas comprometidas sejam a voz de lutas sociais, tratando de questões que nesse caso, se inserem na pauta ecofeminista.

Assim, para compreender esse processo e verificar de que forma o ecofeminismo é praticado pelas ativistas no Instagram através das temáticas de suas pautas, propusemos a seguinte questão: **como os marcadores de gênero, espécie, raça/etnia e classe social são acionados nas discussões de ativistas brasileiras no Instagram?**

Dos quatro perfis analisados, foi possível perceber as diferenças na abordagem e relevância dada a cada uma das categorias. Assim, observamos que as opressões de gênero concentram o maior número de postagens, o que inferimos ser pelo fato de que as ativistas serem mulheres que se reconhecem como feministas. Por outro lado, o menor número de postagens esteve entre a categoria raça/etnia, o que mostra uma fragilidade na abordagem que envolva esse marcador (pelo menos durante o período de coleta, janeiro à março de 2020). Esse dado nos leva a uma crítica e um alerta para que atentemos à incluir de maneira mais significativa questões específicas de raça e etnia em discussões ligadas ao ecofeminismo e aos movimentos sociais.

Podemos afirmar também que a abordagem dos perfis possui um viés político que desenvolve os temas relacionados ao ecofeminismo com relevância e propriedade. Como uma forte crítica ao modelo capitalista e ao consumo excessivo que faz parte dele, bem como as problemáticas ecológicas e sociais que derivam disso. Tal como as antigas *suffragettes*, essas mulheres perceberam e reconheceram a ligação entre as formas de opressão e a semelhança com que animais não-humanos e mulheres sofrem. Com base nesses princípios, se apropriaram das formas disponíveis para manifestação e engajamento mais difundidas na atualidade e resolveram lutar à sua própria maneira: através da educação e compartilhamento de informações sobre o tema, podendo ajudar outras mulheres e demais indivíduos a compreenderem essas relações e assumirem posições perante elas. Assim, além de manifestações de rua, elas também se expressam

no meio online, escolhendo fazer com que as redes sociais sejam uma oportunidade de aprendizado e compartilhamento.

Essa possibilidade amplia as formas de ativismo e torna questões importantes acessíveis para muitas pessoas, gerando maior conscientização à respeito dos marcadores sociais de desigualdade e dos indivíduos envolvidos. Além de ampliar a visibilidade, dá presença e voz, especialmente para aqueles que não a tem, como os animais não-humanos. Compreender que de alguma forma que esses marcadores e todos estamos conectados, incentiva questionamentos sobre nossa própria experiência e constrói um olhar crítico e atento sobre hábitos, aquilo que podemos considerar aceitável ou não na sociedade.

Contudo, o ativismo não se resume à esfera online, pois as escolhas e comportamentos adotados pelas ativistas repercutem além das redes sociais digitais, seja evitando a exploração de indivíduos, seja em ações que visam aprendizado político, como os *tours* de Sandra Guimarães. A própria abordagem, que tem uma função didática dos temas nas postagens é um incentivo para a mobilização, podendo gerar ações semelhantes da parte dos seguidores que veem na teoria e na prática formas de se posicionar e manifestar em prol do avanço e bem-estar social.

Dessa forma, compreendemos que o ecofeminismo possibilita uma visão ampla das questões sociais presentes no mundo, articulando-as de tal forma que incentiva a enxergar o todo como um *ecossistema*, ao invés de partes separadas e sem relação. Contudo, deve-se atentar para que o protagonismo da mulher no ecofeminismo não seja deixado de lado. É necessário enfatizar que são os movimentos de mulheres, de diferentes etnias, classes e posições sociais que levam adiante essas perspectivas e que buscam há décadas e mesmo, séculos, uma relação de respeito para com a Natureza e justiça ambiental que beneficiará todo o planeta se concretizada.

Por fim, essas mulheres e ativistas, procuram dar voz às suas experiências, às de diferentes mulheres, e também, dar visibilidade para as perspectivas de sujeitas não-humanas, como a Natureza e as outras espécies, que não poderiam exercê-las diretamente nesse meio online. Assim, conscientizam politicamente à respeito da posição feminina na sociedade e no mundo, como também sobre outros temas que se encaixam naqueles princípios encontrados no ecofeminismo.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Carol J. **A Política Sexual da Carne**. São Paulo: Alaúde, 2016.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade** (Feminismos plurais – coordenação Djamilia Ribeiro). São Paulo: Suéli Carneiro; Polén, 2018.

ALCÂNTARA, Livia Moreira de. Ciberativismo e a Dimensão Comunicativa dos Movimentos Sociais: repertórios, organização e difusão. **Política & Sociedade**, v. 15, n. 34, Set./Dez. de 2016, p.315-338.

ALMEIDA, Daniela do Santos. **Justiça ambiental e racismo ambiental no Brasil**. Monografia (Bacharelado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BASTHI, Angélica. Guia para Jornalistas sobre Gênero, Raça e Etnia. Angélica Basthi (org., elaboração). Brasília: **ONU Mulheres; Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ)**; Programa Interagencial de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (Fundo de Alcance dos Objetivos do Milênio, F-ODM), 2011.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e Cidadãos**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

CISNE, Mirla. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. **Serviço Social e Sociedade**, n.132, p.211-230, maio/ago, 2018.

D'EAUBONNE, Françoise. What Could an Ecofeminist Society Be? **Ethics and the Environment**. v.4, n.2, p.179-184, 2000.

DOMINGUES, Izabela; MIRANDA, Ana Paula de. **Consumo de ativismo**. Ed.1, São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2018.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v.16, n.47, maio-ago. 2011, p.333-361.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GRAY, Elizabeth Dodson. **Green Paradise Lost**. Wellesley: Roundtable Press, 1981.

HINE, Christine. Estratégias para uma etnografia da internet em estudos de mídia. In: CAMPANELLA, Bruno. BARROS, Carla (orgs.). **Etnografia e consumo midiático: novas tendências e desafios metodológicos**. 1 d., Rio de Janeiro: E-papers, 2016.

HINE, Christine. Por uma etnografia para a internet: transformações e novos desafios. **MATRIZES**. São Paulo, v.9, n.2, p.167-173, jul./dez. 2015.

HORTA, O. What is Speciesism? **Journal of Agricultural and Environmental Ethics**, v. 23, n. 3, p. 243–266, 2010.

ION, Jacques. **S'engager dans une société d'individus**. Paris: Armand Colin, 2012.

ISHIDA, Gabriel. Métodos para identificação e características de influenciadores em mídias sociais. In: SILVA, Tarcizio et al. **Estudando cultura e comunicação com mídias sociais**. Brasília: IBPAD, 2018.

KOZINETS, Robert. **Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online**. Tradução: Daniel Bueno. Porto Alegre : Penso, 2014.

LEIÃO, Débora K; GOMES, Laura Graziela. Etnografia em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões. **Antropolítica**, v.1, n.42, p. 41-65, 2017.

LIRA, Luciana Campelo de. **Limites e paradoxos da moralidade vegan: um estudo sobre as bases simbólicas e morais do vegetarianismo**. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, PE, 2012.

PAPUNEN, Sonja. **La Pensée écoféministe de Françoise d'Eaubonne**. Dissertação (Escola de Linguística, Tradução e Estudos Literários) – Universidade de Tampere, FR, 2014.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, n. 42, jul./dez. 2014, p. 377-391.

PULEO, Alicia. Perspectivas ecofeministas da ciência e do conhecimento: a crítica ao viés andro-antropocêntrico. **Em construção**, n.5, p.163-173. Tradução: Carlos Fils Puig. 2019.

ROSENDO, Daniela. **A Ética Sensível ao Cuidado: Alcance e limites da filosofia ecofeminista de Warren**. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de Santa Catarina, SC, 2012.

SALLEH, Ariel. **Ecofeminism as politics: Nature, Marx and the post-modern**. London: Zed Books, 2017.

SANTOS, Rita Serralheiro. **A influência do Instagram na attitude do consumidor: o caso da Levi Strauss & Co**. Dissertação (Mestrado em Marketing Digital) – Universidade Europeia, Lisboa 2016.

SHIVA, Vandana; MIES, Maria. **Ecofeminism**. Zed Books: Londres, 2014.

SHIVA, Vandana. **Staying alive: Women, Ecology and Survival in India**. Zed Books: Londres, 1995.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003.

SILIPRANDI, Emma. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Agroecol. e Desenvolv. Sustent.**, v.1, n.1, jan/mar, 2000.

THOMPSON, John. A interação mediada na era digital. **Matrizes**, v.12, n.3, set./dez., 2018, p.17-44.